



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

4ª Reunião da Câmara Bipartite Governo - Empregadores

Ata da ordem do dia 09/09/2014

Brasília – DF

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Ata da Reunião da 4ª Reunião da Câmara Bipartite – Governo - Empregadores

Local: Brasília – DF.

Data: 09/09/2014

Local: Edifício Sede – sala 545 - MTE

1 Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e quatorze teve início a 4ª Reunião da Câmara
2 Bipartite, Governo – Empregadores. Presentes Roberto Luís Lopes Nogueira – CNC; William
3 Soares de Oliveira – CNCOOP; Alexandre Venzon Zanetti – CNS; Milton Garcia – CNS; Adriana
4 Giuntini – CNT; Danilo Piva Júnior – CNTUR; Marcello José Pinho Filho – CNI; Rafael Ernesto
5 Kiechbusch - CNI; Alex Sandro Gonçalves Pereira – GM; Adriana Rosa dos Santos – GM; Luiz
6 Alberto Matos dos Santos – GM; Sérgio Araújo Sepúlveda – SE; Rinaldo Marinho Costa Lima –
7 SIT; Admilson Moreira dos Santos – SRT; Manoel Messias Nascimento Melo e Viviani Renata
8 Anze – SPPE. A Sra. Adriana Giuntini, CNT, inicia a reunião cumprimentando a todos e informa
9 que como definido na última reunião o Coordenador da Bancada é o Sr. Alexandre Zanetti da
10 Confederação Nacional da Saúde, o suplente da Confederação Nacional da Agricultura e ela como
11 presidente. O Sr. Admilson Moreira dos Santos, SRT, confirma que por parte do Governo é o Sr.
12 Mauro Rodrigues de Souza como titular e ele suplente. A Sra. Adriana Giuntini, CNT, passa ao
13 ponto de pauta aprovação das atas, argumenta sobre a qualidade das mesmas, solicita que uma
14 revisão seja feita antes das mesmas serem enviadas à Câmara e sugere que sejam enviadas a todos e
15 na próxima reunião ocorra a aprovação. O Sr. Marcello José Pinho Filho, CNI e o Sr. Admilson
16 Moreira dos Santos, SRT, fazem algumas correções em trechos das atas e o Sr. Admilson sugere
17 que o Sr. Marcelo faça as correções e depois lhe devolva as atas com as devidas correções. O Sr.
18 Marcelo José Pinho Filho, CNI concorda com a colocação do Sr. Admilson. A Sra. Adriana
19 Giuntini, CNT, passa ao ponto de pauta seguinte: Resultado das discussões do GT para Tramitação
20 dos processos de reconhecimento de categorias para fins de Registro Sindical. O Sr. Admilson
21 Moreira dos Santos, SRT, informa que o GT já teria feito uma reunião para discutir como seria o
22 procedimento de tramitação das categorias novas no Conselho. Informa que as categorias novas
23 passariam pela Câmara depois de passar pelo Conselho e teria ficado acertado que o Governo faria
24 uma síntese e encaminharia para as partes do GT a proposta de texto para a discussão. Informa que
25 a Secretaria já teria feito a minuta da proposta do procedimento e que a mesma estaria sendo
26 revisada e a expectativa era que no dia seguinte a proposta seria encaminhada a todos. O Sr.

27 Marcello José Pinho Filho, CNI, argumentou se seria o fluxograma do Governo, comentado pelo Sr.
28 Eudes, ou a proposta da resolução. O Sr. Admilson Moreira dos Santos informa que não seria
29 basicamente uma resolução, mas uma recomendação e a ideia era fazer junto à recomendação uma
30 minuta de instrução normativa ou de portaria disciplinando o processo de tramitação estabelecendo
31 como seria o mecanismo. E que, então, estaria em uma norma, resolução ou lição normativa. O Sr.
32 Marcello José Pinho Filho, CNI, questiona se a minuta de instrução seria enviada aos conselheiros
33 ou seria só para o coordenador da bancada. O Sr. Admilson Moreira dos Santos, SRT, informa
34 acreditar que a mesma seria enviada aos membros do GT com cópia para os Conselheiros. A Sra.
35 Adriana Giuntini, CNT, argumenta se voltaria para o GT Bipartite ou se iria para o GT Tripartite. O
36 Sr. Admilson Moreira dos Santos, SRT, comunica que a discussão continuaria em cima da proposta
37 do governo e seriam feitas as proposições de alteração e em seguida voltaria para o GT Tripartite. A
38 partir disso uma reunião seria marcada e o GT continuaria a discussão do mérito da proposta.
39 Fecharia a proposta do GT e depois subiria para o conselho. A Sra. Adriana Giuntini, CNT,
40 continua e passa ao item 5 da pauta: definições sobre a conclusão e implementação da tabela de
41 categorias. O Sr. Admilson Moreira dos Santos, SRT, informa que essa é uma discussão já de algum
42 tempo e sugeriu que fossem passadas as informações da última reunião ocorrida com os
43 trabalhadores no ministério. O Sr. Alexandre Venzon Zanetti, informa que na reunião com os
44 trabalhadores ficou definido que eles escolheriam um ente e utilizariam como referência os dados
45 do CNES, e a partir daí fazer uma compilação de quais seriam as categorias laborais para efeito de
46 tabela. Que também tinha se chegado a um entendimento de que os trabalhadores se organizavam à
47 semelhança do Artigo 577, mesmo sabendo que não contemplava a totalidade das situações, mas o
48 eixo central da organização dos trabalhadores refletia muito no 577 e que, então, a ideia seria pegar
49 o CNES, usar como referência também o 577 e fazer as atualizações de acordo com a visão de hoje
50 na Organização Laboral. Admilson acrescentou que havia enviado, na semana passada, às Centrais
51 Sindicais toda a estrutura sindical e as categorias existentes na área laboral. Que eles se reuniriam
52 em outubro para fazer essa compilação e que, provavelmente, a compilação seria feita pelo
53 DIEESE, a não ser que as Centrais escolhessem outro ente e depois da compilação trariam
54 novamente ao GT com o Governo, para depois fechar a proposta. Em seguida falou sobre as
55 dificuldades do CNES, sendo formatado sobre uma plataforma completamente obsoleta,
56 funcionando apenas no IE7, mas também que não estaria comportando, por exemplo, a versão de
57 certificação. Que, então, estaria se encaminhando para um colapso, caso não se trocasse essa

58 plataforma. A proposta seria colocar a partir de 1º de Dezembro de 2014 o novo CNES, em
59 produção, para resolver todos os problemas, mas como estrutura básica o seu funcionamento seria
60 em cima de uma tabela de categorias que seriam duas, uma para empregadores e outra para
61 trabalhadores, mas seria necessário existir tabelas, porque senão o novo CNES não poderá ser
62 colocado em produção. Então, seria importante fazer um apelo para que os empregadores à
63 semelhança dos trabalhadores fizessem um esforço adicional para se chegar no início de Novembro
64 ou Dezembro com a proposta fechada para se poder colocar em produção a nova versão do CNES.
65 O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo cumprimentou a todos e a todas, pediu desculpas pelo
66 atraso e em seguida fez um esclarecimento sobre a questão da Tabela de Categoria. Informa que na
67 apresentação que o Sr. Admilson fez no SIRT, especialmente na parte do Cadastro Nacional de
68 Entidades Sindicais teriam visto o desafio que seria lançado para as duas bancadas com relação à
69 questão da categoria. Lembra que há dois anos, mais ou menos, o tema está sendo discutido, mas
70 com muito poucos avanço. Que do ponto de vista dos trabalhadores os mesmos conseguiram
71 avançar construindo um consenso de 80%, salvo engano, no chamado de nível 1, nível e 2
72 (Confederação e Federação), nível 3, com divergências, sem conseguirem fazer um debate profundo
73 sobre as categorias. Os empregadores fizeram duas atividades, uma oficina em 2012 e uma em
74 2013, mas sem se conseguir avanço na construção de consenso. Informa que apesar de todas as
75 informações disponibilizadas não foi possível na parte das Confederações e Federações olhar a sua
76 própria situação com relação à tabela, e que até o momento não teria recebido retorno da questão.
77 Que com relação à versão nova do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais teriam um acordo com
78 a Coordenação Geral de Informação, e o tema já teria sido levado ao Ministro e ao Secretário-
79 Executivo, cobrando que se efetive um compromisso de terminá-la, desenvolvê-la, deixá-la pronta
80 para ser implantada no final de Novembro de 2014. Esclarece que a intenção do Ministério é que
81 não haja nenhuma solução de continuidade e fazer a implantação em 2014. Lembra que o novo
82 Governo começa em 1º de Janeiro e haverá novas autoridades, isso poderia gerar um papel sem
83 ajuste, sempre com dificuldades, por esse motivo estariam trabalhando com a data de 1º de
84 Dezembro. Informa que o sistema teria sido apresentado e explica a metodologia usada para a
85 construção do sistema. Ressalta que ouviram muito, refletiram, fizeram mais de uma reunião com
86 os trabalhadores e chegaram à conclusão que a coisa se aplica mais fortemente, ainda, nos
87 empregadores. Cita alguns exemplos ocorridos com relação à questão da categoria, usando como
88 referência, por exemplo, o sindicato e cita a sua área como sindicalista da área de Informática,

89 Trabalhadores de Processamento de Dados de Informática. Informa ter sugerido como tema para
90 uma reunião que fora realizada com as Centrais Sindicais, que a bancada contratasse um ou dois
91 escritório de advocacia, ou o DIEESE, para que fosse feita uma disponibilização do cadastro para
92 informações sobre sindicato. E que as divergências entre CNI, CNA, CNCOOP fossem sanadas, em
93 parte, e colocadas à posição do ministério, provavelmente a coisa fluiria. Disse estar convencido de
94 que deveriam retomar em algum nível o debate para fazer uma alteração no marco de Regulação do
95 Registro Sindical, mas não estaria falando em Reforma Sindical, mas sim de construir um consenso
96 de uma Regulamentação do Registro Sindical. Ressalta sobre os congressos realizados pelo TST,
97 Ministério do Trabalho, OAB com relação a conflitos sindicais, um dos temas de um Congresso da
98 OAB que iria ocorrer em Novembro. Reafirma que a sugestão é que seja feito o “de-para” da
99 bancada dos trabalhadores e dos empregadores para poder ocorrer a implantação do sistema.
100 Informa que se as divergências com relação à tabela não forem resolvidas seriam implantadas de
101 acordo com o que estava pronto ou, caso contrário, que enviassem as questões acordadas para que
102 pudesse ser feita a publicação da nova versão do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais em 1º de
103 Dezembro de 2014, data que estaria sendo trabalhada. O Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch, CNI,
104 cumprimenta a todos e a todas e diz achar que o debate da tabela, como já dito pelo secretário,
105 vinha sendo debatido há dois anos e a seu ver um dos trabalhos mais desafiadores de se conseguir
106 consenso em alguns pontos. Ressaltou que uma das preocupações das Confederações seria a questão
107 da simetria entre a categoria profissional e a categoria econômica. Outro ponto de preocupação seria
108 a questão do Sistema Confederativo. Ressaltou que realmente não havia consenso em relação à
109 questão das tabelas e sugeriu que fosse feita, então, uma atualização com base no 577, que fosse
110 feita uma avaliação e, se fosse o caso, fazer uma consulta às respectivas diretorias. Finaliza
111 sugerindo que fosse encontrado um encaminhamento para ser dado de como se avançar na questão
112 da tabela. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo informa que o ministério tem o entendimento de
113 que o 577 não é a tabela, não é a relação exaustiva de categoria. Que a proposta não era atualizar o
114 577. Continua afirmando ser a favor do “de-para” para a construção da tabela, que após a
115 construção da tabela haveria divergências, que seriam trabalhadas. Que com a construção da tabela
116 poderia ser feita uma comparação entre a resultante do trabalho que a Bancada dos trabalhadores
117 fez e a dos empregadores e poderia ser vista a simetria. Informa como era a descrição da categoria
118 no CNES. Mostra ser favorável à regulamentação do registro sindical. A sua proposta era de que
119 cada Confederação pegasse o cadastro completo, com a descrição dos sindicatos registrados, com as

120 categorias ali colocadas e fazer o seu “de-para”, identificando a sua categoria e com isso gerar um
121 código e que feito esse “de-para” seria possível fazer o primeiro lance de simetria e depois enfrentar
122 as divergências dentro de cada Bancada, fora da simetria, e assim sucessivamente. Dessa forma o
123 Ministério não decidiria tudo sozinho e o Conselho poderia ser consultado. Outra sugestão seria
124 partir do que tinha, ser menos ambicioso, mas gostaria de fazer uma coisa nova mesmo, mais
125 adequada à realidade econômica do país, mas a seu ver isso não dava e o processo não podia ficar
126 parado. O mecanismo era esse, cada um faria o seu “de-para”, depois socializaria, pegaria o que tem
127 de simetria, o já encontrado no 577 e comparar com o dos trabalhadores. O que tiver de simetria vai
128 para dentro da tabela com o nome e descritivo e com certeza haveria um espaço para ajustamento
129 das divergências. Informa que alguns ministros do TST concordavam que o 577 poderia sofrer
130 atualização ouvindo as Centrais Sindicais e as Confederações de Empregadores. Alguns estariam
131 avançando na questão, mas era muito inseguro por ser interpretação. Finaliza dizendo ser favorável
132 à criação da tabela. Cita um exemplo que estaria ocorrendo no Ministério com relação a uma
133 Portaria para criar um grupo para discutir a aprendizagem profissional; aprendizes em atividades
134 insalubres. Quais seriam os indicados por esses setores? como seriam listados os setores? Sem uma
135 referência? Quem representa do ponto de vista patronal ou dos trabalhadores? Por esse motivo era
136 necessária a discussão estar dentro do Ministério também para regulamentar a profissão, por
137 exemplo, do moto-táxi, então, era imprescindível a criação da tabela. O Sr. Admilson Moreira dos
138 Santos concorda com a fala do Sr. Manoel Messias e continua insistindo na implantação da tabela
139 no dia 1º de dezembro de 2014. Ressalta que com a visão de cada Confederação o trabalho seria
140 mais fácil depois fazer a consolidação, a compilação. O Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch informa que
141 olhando as questões das confederações um ponto importante seria o da Portaria que trata do
142 Aprendiz. A mesma teria que ser válida para o Sistema Confederativo. Seguindo, fez um relato
143 sobre a situação das confederações e federações, mas todos teriam que fazer uma análise sobre o
144 que cada uma das confederações e federações estava colocando para emitir opinião e enviar às
145 mesmas para a tabela ser feita. O que preocupava era a forma como a tabela ia ser disposta. Informa
146 que a CNI já tem uma proposta de cada uma das confederações, mas seria necessário fazer uma
147 nova visita, ver o que o CNE tem de atualização, fazer consulta à Diretoria da CNI, era interessante
148 também ouvir as demais Confederações, como a CNTUR, a CNCOOP, e atender. O Sr. Manoel
149 Messias Nascimento Melo manifesta-se e pede perdão a todos e fala sobre a questão da estrutura do
150 Código das Entidades Sindicais e informa que as divergências continuarão a ocorrer e que a seu ver,

151 do ponto de vista do ministro, também, de se caminhar para uma Lei de Registro Sindical para
152 ocorrer a atualização da CLT, que fosse feito um movimento legislativo de Regulamentação do
153 Registro Sindical sem desobedecer a Constituição. Ressaltou que esse era um processo que tem que
154 ser construído, mas não estaria colocando isso na mesa. Que à medida que isso fosse ficando pronto
155 fosse sendo criado o descritivo de tudo, com brigas, com aplausos, mas tendo uma regra de
156 articulação entre as categorias, Federações e Confederações, mais explícitas. Tem que haver uma
157 referência. O Sr. Admilson Moreira dos Santos, SRT, sugere que se tente avançar um pouco mais
158 do que foi feito lá trás, porque se vier com as mesmas tabelas anteriores vai ficar difícil até mesmo
159 de fazer a compilação. Então seria importante que as Confederações ao fazer essa revisão dos seus
160 quadros, procurassem o máximo possível se referenciar no 577 e tentar evitar as sinonímias
161 verificadas no passado. A solução seria propor uma nova redação, ou mesmo fazer uma
162 desagregação. Era necessário fazer uma revisão desde o passado. O Sr. Danilo Piva Júnior,
163 CNTUR, fala que, na verdade, o conflito existente dentro da Bancada, principalmente entre a
164 CNTUR e a CNC é uma questão de desmembramento e se a tabela for tratada só como categoria,
165 terceiro nível, não é um grande problema, porque apesar da CNTUR e CNC terem representações
166 idênticas a estrutura é a mesma a não ser que o Ministério destrua todo o 577, mantendo só o 3º
167 nível. Sendo assim, para a CNTUR e CNC nesse aspecto é muito mais tranquilo, porque o problema
168 é só dizer em uma tabela o que é um terceiro nível. Ressaltou que o seu o problema é se
169 futuramente tiver que tratar os níveis superiores e as questões judiciais que ainda estiver em
170 discussão. Vai gerar um problema de interesses dentro da Bancada e a divergência vai continuar.
171 Em não havendo isso, por parte da CNTUR era uma questão conversável e tranquila. O Sr.
172 Admilson Moreira dos Santos argumenta ser importante ouvir a posição da CNS, por ser um ponto
173 divergente. O Sr. Milton Garcia informa que a posição da CNS, conforme já apresentada, seria a
174 partir do CNES, mas conforme o exposto de se trazer a relação hoje existente e começar a
175 confrontar com a dos empregados daria para ser feito. Assim, a posição da CNS seria fazer esse
176 trabalho e depois reunir todo o resultado. O Sr. Admilson Moreira dos Santos diz que só para efeito
177 de esclarecimento, questiona se a CNS entende que se consegue avançar no trabalho, nesse “de-
178 para” com a visão do terceiro nível, ao nível do sindicato na área de serviço, usando como
179 referência o 577, mesmo sabendo das particularidades que se tem na área do serviço. O Sr. Milton
180 Garcia ressaltou que faria exatamente como o Rafael havia falado. Iria levar isso para a diretoria,
181 expor aquilo que foi colocado e daria uma resposta mais efetiva com relação ao 577 e ao CNES. O

182 Sr. Admilson Moreira dos Santos coloca que, de repente, a situação do serviço é muito similar à
183 postura colocada pelo Sr. Danilo. Se não entrar na mera discussão do segundo e terceiro nível,
184 talvez fique muito mais fácil de tratar no nível de sindicato. Em seguida voltou a fazer apelo para
185 usar como referência o 577. Com isso, talvez, ficasse mais fácil construir o consenso entre os
186 empregadores. O Sr. Alexandre Venzon Zanetti questionou se na questão do “de-para” iria ser
187 atualizado, por exemplo, uma lei nova como a Lei nº 13.919, cujo entendimento era de que farmácia
188 passava a ser um estabelecimento de saúde, porque em algum momento teria que se enfrentar essa
189 questão. O Sr. Klauss Dias Kuhnen, CNA, dá o esclarecimento de que a lei quando fala que a
190 farmácia é um estabelecimento voltado para a saúde, entendia ser uma regra programática no
191 sentido de que ela comercializa drogas e medicamentos, que na sua essência vão auxiliar na saúde
192 dos consumidores que comprem este medicamento e para a CNC as farmácias continuam sendo
193 representadas pela CNC. O Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch informa que o primeiro ponto de
194 discussão, o ponto central, era como se organiza o Sistema Confederativo, por filiação ou
195 vinculação. Uns entendiam que era por filiação e outros por vinculação. Questionou se a proposta
196 do ministério seria que cada Confederação fizesse o quadro das atividades que compunham:
197 industrial, comércio, transporte e assim por diante. Se cada um iria pinçar aquelas atividades e aí
198 cada Sistema Confederativo iria dizer isso para sua organização interna e não o Ministério. O Sr.
199 Admilson Moreira dos Santos corroborando o que o Sr. Rafael explica, que do ponto de vista do
200 Ministério bastaria saber quais são as categorias existentes que iriam aparecer na tabela. O
201 Sindicato, a Federação ou a Confederação é que decidiria quem iria declarar filiação. Com isso não
202 seria necessário enfrentar debate na questão da tabela. O Sr. Danilo Piva Júnior questiona se a
203 metodologia do Ministério seria enviar a todos uma tabela completa, constando as categorias. O Sr.
204 Admilson Moreira dos Santos afirma que sim, seria pegar todas as Entidades Sindicais de
205 Empregadores existente no CNES e repassar para todo mundo e aí todos pegariam o 577 e fariam
206 um “de-para” do 577 para o CNES e desenhariam as categorias. O Sr. Marcello José Pinho Filho,
207 questiona se haverá uma proposta do governo após a apresentação de cada Federação e de cada
208 Central, acerca do seu enquadramento? Essa compilação será feita pelo Ministério do Trabalho ou
209 vai ser feito através de uma tripartite ou alguma coisa assim? O Sr. Admilson Moreira dos Santos
210 informa que o importante era manter a correspondência. Ressaltou que estava se chegando a um
211 acordo. Que o ministério ia pegar o que teria como tabela no 577, mais atualizado, e passar a todos.
212 Levantar no CNES todas as Entidades Sindicais de Empregadores existentes, talvez à exceção dos

213 rurais, enviando CNPJ, Razão Social e a Categoria existente para que aí cada Confederação, tendo
214 como referência o quadro 577 construa apenas o terceiro nível que é da Categoria, esquecendo essa
215 questão da visão do grau superior. O Sr. Alexandre Venzon Zanetti sugere que quando do
216 encaminhamento do documento poderia ser encaminhada a solicitação de aceite no próprio *e-mail* e
217 aí cada um responderia o *e-mail* aceitando, concordando com o trabalho proposto. Assim não seria
218 necessário se reunir de novo para a aceitação e com isso pode-se ir avançando. O Sr. Rafael Ernesto
219 Kieckbusch concordou com a colocação do Sr. Alexandre Zanetti e sugeriu uma reunião virtual
220 com os membros da tabela de categorias, mas fazer um debate interno, com prazo para ser
221 encaminhado. O Sr. Admilson Moreira dos Santos informa que o material será enviado a todos até
222 sexta-feira. A presidente da Câmara, Adriana Giuntini, esclarece ao Sr. Eudes que as atas estavam
223 com problemas de construção lógica do texto, erros de português e que uma revisão deveria ser feita
224 e, em seguida, assim que estivessem prontas fossem enviadas a todos. Que o retorno do material
225 que seria enviado na sexta-feira dependeria da conversa que cada um teria internamente com a
226 direção das Confederações. O quanto antes o retorno se desse seria melhor. Se possível uma posição
227 até o final de setembro, no mais tardar na primeira semana de Outubro. O Sr. Milton Garcia
228 solicitou que o material fosse enviado também aos membros do conselho. O Sr. Admilson Moreira
229 dos Santos mostra-se favorável ao pedido do Sr. Milton. Ressalta que o material será enviado a
230 todos os conselheiros e aos membros da Câmara Bipartite e que não tinha uma reunião estabelecida
231 em função dessa falta de acerto. Em seguida, O Secretário Manoel Messias Melo solicita
232 autorização para fazer apresentação de um extra-pauta. Rapidamente disse tratar da divergência da
233 Portaria 326 onde havia sido verificado, depois de um ano e meio existirem lacunas deixando
234 algumas zonas de sombras e indefinições e no momento seria importante retomar a discussão para
235 sanar os problemas. A discussão já estava sendo estudada, onde havia sido verificadas algumas
236 necessidades, inclusive, quando da realização do GT Rural. Por esse motivo achava importante
237 haver cooperação, aproveitar o momento também para fazer melhorias de procedimentos na parte
238 do rito, tanto de Empregadores como de Trabalhadores no meio urbano. A intenção era apresentar a
239 todos os pontos que o setor rural dos trabalhadores propôs. Os pontos que a secretaria propõe para
240 efeito de revisão da Portaria 326 era para depois aprofundar o debate na próxima reunião do CRT,
241 discutindo o encaminhamento da revisão da Portaria 326. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo
242 prossegue dando alguns informes. Um seria explicar o que motivou acelerar a discussão e colocar a
243 proposição de revisão tabela de categorias e da Portaria de Registro Sindical. Informa que um

244 conjunto de iniciativas já haviam sido adotadas nas duas últimas semanas, motivações internas do
245 Ministério e gostaria de socializá-las na Reunião do Pleno. Seria interessante repensar e trabalhar,
246 por orientação do Ministro, com todas as iniciativas que pudessem ser tomadas e consolidá-las ao
247 longo do governo e que fosse feito até o final do governo. Outras iniciativas estavam sendo
248 maturadas, chegando ao formato para conclusão. Informa que uma reunião do Pleno iria acontecer
249 provavelmente antes do final do ano, para ouvir a opinião sobre o assunto. Informa que seria
250 enviada a todos a proposta de revisão da 326. Caso ficasse pronto seria enviada também sobre a 186
251 quanto à questão da documentação. A Sra. Adriana Giuntini, CNT, em não havendo mais nada a ser
252 tratado, desejou uma boa tarde a todos e deu por encerrada a reunião.

253

254 Adriana Giuntini, CNT _____

255

256 Roberto Luís Lopes Nogueira – CNC _____

257

258 William Soares de Oliveira – CNCOOP _____

259

260 Alexandre Venzon Zanetti – CNS _____

261

262 Milton Garcia – CNS _____

263

264 Danilo Piva Júnior – CNTUR _____

265

266 Marcello José Pinho Filho – CNI _____

267

268 Rafael Ernesto Kiechkbusch – CNI _____

269

270 Alex Sandro Gonçalves Pereira – GM _____

271

272 Adriana Rosa dos Santos – GM _____

273

274 Luiz Alberto Matos dos Santos – GM _____

- 275 Sérgio Araújo Sepúlveda –SE _____
- 276
- 277 Rinaldo Marinho Costa Lima – SIT _____
- 278
- 279 Admilson Moreira dos Santos – SRT _____